



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	1
RELATORIO DO AUDITOR.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	18
3. GESTÃO DE RISCO	21
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	27
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS	29
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS	30
7. CONTAS A RECEBER	30
8. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS	31
9. DIVIDENDOS	32
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	33
11. TRIBUTOS A RECUPERAR	33
12. DESPESAS ANTECIPADAS	34
13. ESTOQUE	34
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER	34
15. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL.....	35
16. INVESTIMENTOS.....	37
17. IMOBILIZADO	40
18. INTANGÍVEL.....	42
19. FORNECEDORES.....	43
20. DEBÊNTURES	43
21. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	48
22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	48
23. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA	49

24.	PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS	49
25.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
26.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	52
27.	CUSTO COM A ENERGIA ELÉTRICA	53
28.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	53
29.	RESULTADO FINANCEIRO	54
30.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	55
31.	RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	56
32.	TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA.....	56
33.	COBERTURA DE SEGUROS.....	56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. (“Companhia” ou “Controladora” ou “IBH XVI”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A IBH XVI é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (“IBH XVII”). Através da IBH XVII, a Companhia detém uma participação indireta de 51% na Essentia PCHs S.A. (“Essentia PCHs”).

A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico (“SPEs”), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW.

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH XVI trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVI, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do

Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita com Energia

Veja a Nota 26 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 340.436 mil, conforme divulgado na nota explicativa 26 às demonstrações financeiras consolidadas.

As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes bens.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;
- Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento.
- Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia.
- Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e
- Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita com energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada referente aos valores correspondentes inseridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 em 03 de Março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativos		Controladora		Consolidado		Passivos		Controladora		Consolidado	
Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	321	787	130.374	91.860	Fornecedores	19	3	86	8.821	10.938
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	23	22.435	Debêntures	20	-	-	96.506	393.531
Contas a receber	7	-	-	36.462	29.515	Contas a pagar de partes relacionadas	8	-	-	131	37.448
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	176	-	334	Dividendos a pagar	9	-	-	19.524	-
IRPJ e CSLL a recuperar	10	528	-	3.508	-	IRPJ e CSLL	22	-	-	3.986	-
Tributos a recuperar	11	19	486	4.123	5.279	Tributos e obrigações trabalhistas	21	1	25	5.346	6.811
Despesas antecipadas	12	-	-	675	3.561	Provisão liminar garantia física	23	-	-	47.703	43.643
Estoque	13	-	-	714	2.767	Outras contas a pagar	-	-	-	3	969
Outras contas a receber	14	1	-	1.192	2.821	Total do passivo circulante		4	111	182.020	493.340
Total do ativo circulante		869	1.449	177.071	158.572						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Debêntures	20	-	-	841.621	469.471
IRPJ e CSLL a recuperar	10	-	-	1.477	1.191	Provisão para processos judiciais	24	-	-	10.305	10.328
Despesas antecipadas	12	-	-	1.483	1.741	Tributos e obrigações trabalhistas	21	787	-	787	-
Ativo financeiro indenizável	15	-	-	23.550	20.735	IRPJ e CSLL diferidos	22	-	-	1.697	-
Outras contas a receber	14	-	-	10.305	10.328	Outras contas a pagar	-	-	-	874	317
		-	-	36.815	33.995	Total do passivo não circulante		787	-	855.284	480.116
Investimentos	16	171.391	214.388	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	17	-	-	634.427	639.043	Capital social	25	190.726	887.123	190.726	887.123
Intangível	18	-	-	414.073	450.232	Capital social a integralizar	25	-	(543.696)	-	(543.696)
Total do ativo não circulante		171.391	214.388	1.085.315	1.123.270	Prejuízos acumulados	-	(19.257)	(127.701)	(19.257)	(127.701)
						Total atribuído aos acionistas da controladora		171.469	215.726	171.469	215.726
						Participação de não controladores	-	-	-	53.613	92.660
						Total do patrimônio líquido		171.469	215.726	225.082	308.386
Total do ativo		172.260	215.837	1.262.386	1.281.842	Total do passivo e patrimônio líquido		172.260	215.837	1.262.386	1.281.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	26	-	-	340.436	332.275
Custo com a energia elétrica	27	-	-	(118.502)	(117.485)
Lucro bruto		-	-	221.934	214.790
Despesas gerais e administrativas	28	(915)	(374)	(33.368)	(37.601)
Resultado com participações societárias	16	(18.497)	45.634	-	55.922
(Prejuízo) lucro operacional		(19.412)	45.260	188.566	233.111
Receitas financeiras	29	165	461	21.975	13.412
Despesas financeiras	29	(10)	(16.802)	(167.181)	(148.870)
Resultado financeiro		155	(16.341)	(145.206)	(135.458)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(19.257)	28.919	43.360	97.653
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	-	-	(14.497)	(13.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-	-	(1.697)	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(19.257)	28.919	27.166	84.412
Resultado do exercício atribuível a:					
Acionistas da controladora				(19.257)	28.919
Participação de não controladores				46.423	55.493
				27.166	84.412
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	31			(0,02)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(19.257)	28.919	27.166	84.412
Total do resultado abrangente	(19.257)	28.919	27.166	84.412
Acionistas da controladora			(19.257)	28.919
Participação de não controladores			46.423	55.493
			27.166	84.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar				
Saldos em 01 de janeiro de 2024		1.059.990	(1.040.553)	(156.620)	(137.183)	68.754	(68.429)
Lucro líquido do exercício		-	-	28.919	28.919	55.494	84.413
Cisão parcial		(10)	-	-	(10)	-	(10)
Redução de capital		(172.857)	172.857	-	-	-	-
Integralização de capital		-	324.000	-	324.000	-	324.000
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(31.588)	(31.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		887.123	(543.696)	(127.701)	215.726	92.660	308.386
Saldos em 01 de janeiro de 2025		887.123	(543.696)	(127.701)	215.726	92.660	308.386
(Prejuízo) lucro do exercício		-	-	(19.257)	(19.257)	46.423	27.166
Redução de capital	25	(568.696)	543.696	-	(25.000)	(19.873)	(44.873)
Absorção de prejuízos acumulados pelo capital social	25	(127.701)	-	127.701	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(48.077)	(48.077)
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(17.520)	(17.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		190.726	-	(19.257)	171.469	53.613	225.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVI S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(19.257)	28.919	43.360	97.653
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação e amortização	17 a 18	-	-	56.332	62.541
Amortização de ativo de direito de uso		-	-	-	216
Baixa de ativo imobilizado e intangível	17 a 18	-	-	2.347	1.045
Resultado com participações societárias	16	18.497	(45.634)	-	(55.922)
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	28.785	-
Atualização ativo financeiro indenizável		-	-	(929)	(969)
Provisão para processos judiciais		-	-	-	(613)
Juros, variações monetárias e custo de emissão - debêntures	20	-	15.257	163.878	136.076
Provisão de juros - passivo de arrendamento		-	-	-	4
Atualização financeira liminar GSF		-	-	1.371	5.008
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber	7	-	-	(6.947)	6.091
Contas a receber e a pagar de partes relacionadas	8	176	(176)	413	24.140
Tributos a recuperar	11	(61)	(144)	(2.638)	609
Estoque	13	-	-	2.053	(100)
Despesas antecipadas	12	-	-	3.144	307
Depósitos judiciais		-	-	-	249
Ativo financeiro indenizável	15	-	-	(1.886)	278
Outras contas a receber	14	(1)	85	1.629	(960)
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores	19	(83)	80	(2.117)	(5.420)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	21	763	23	27	833
Provisão liminar garantia física GSF	23	-	-	2.689	-
Outras contas a pagar		-	-	(22)	381
Provisão para processos judiciais		-	-	-	1.346
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		34	(1.590)	291.489	272.792
Juros pagos de debêntures	20	-	(44.916)	(140.863)	(173.283)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(11.216)	(16.074)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		34	(46.507)	139.410	83.435
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	17 a 18	-	-	(18.291)	(4.611)
Cisão parcial		-	-	-	(24.472)
Aumento de capital em controladas	8	24.500	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		24.500	-	(18.291)	(29.083)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	(264.151)	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	257.778	-
Depósitos vinculados a debêntures	6	-	-	-	3.137
Captação de debêntures	20	-	107.523	950.000	210.801
Custo de captação de debêntures	20	-	1.493	(31.893)	7.670
Pagamento de debêntures	20	-	(390.000)	(865.997)	(555.340)
Pagamento de dividendos	9	-	-	(83.469)	(39.522)
Integralização de capital		-	324.000	-	324.000
Redução de capital	25	(25.000)	-	(44.873)	-
Pagamento de arrendamento mercantil		-	-	-	(325)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(25.000)	43.016	(82.605)	(49.580)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(466)	(3.491)	38.514	4.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		787	4.278	91.860	87.087
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		321	787	130.374	91.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XVI") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2021, com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista e é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP IV").

1.2 Relação de entidades controladas

A Companhia possui 100% de participação direta na empresa Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("IBH XVII"), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Através da IBH XVII, a Companhia detém uma participação indireta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). Essa participação resultou da operação de compra de ações concluída em 30 de junho de 2022, na qual a IBH XVII, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. – empresa controlada indiretamente pelo Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER") –, adquiriu o controle da Essentia PCHs.

A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. Todas essas empresas são autorizadas pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica.

A participação indireta da Companhia nessas empresas é de 51% para Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A. e Bahia PCH I S.A. Já na Rio PCH I S.A., a participação indireta da Companhia é de 35,7%, conforme detalhado na tabela abaixo.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/2025	31/12/2024		
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	100%	100%	Holding	Direto
Essentia PCHs S.A.	51%	51%	Holding	Indireto
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH - Hidrelétrica	Indireto
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	51%	51%	PCH - Hidrelétrica	Indireto
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH - Hidrelétrica	Indireto
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	51%	51%	PCH - Hidrelétrica	Indireto
Rio PCH I S.A.	35,7%	35,7%	PCH - Hidrelétrica	Indireto (i)
Bahia PCH I S.A.	51%	51%	PCH - Hidrelétrica	Indireto

(i) A participação de 35,7% na Rio PCH I S.A. corresponde à participação econômica indireta da Companhia. O controle é exercido de forma indireta por meio da Essentia PCHs S.A., que detém 70% da Controlada.

Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Controlada direta

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., com sede e foro na cidade e estado de São Paulo foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. Possui 51% de participação na empresa Essentia PCHs.

Controladas indiretas

Essentia PCHs S.A.

A Essentia PCHs com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluentes G”)

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluentes G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser

até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”) de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

1.3 Contratos de energia

A Afluente, detentora das usinas Alto Fêmeas I e Presidente Goulart, firmou, em 28 de maio de 2006, Contrato Bilateral Regulado (CBR), por meio do qual comercializa energia elétrica exclusivamente com uma distribuidora localizada na região Nordeste do Brasil, ao preço contratual de R\$ 125,63 por MWh (R\$ R\$ 384,87 por MWh em 31 de dezembro de 2025).

A Galheiros participou do 2º Leilão de Fontes Alternativas (2º LFA), realizado em 26 de agosto de 2010, na modalidade quantidade de energia, comprometendo-se a vender energia elétrica ao preço de R\$ 144,50 por MWh

(R\$ 338,39 por MWh em 31 de dezembro de 2025) para 14 distribuidoras, abrangendo todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A Goiás Sul, detentora das usinas Goiandira e Nova Aurora, negociou energia elétrica no 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, também na modalidade quantidade de energia, ao preço de R\$ 99,95 por MWh (R\$ 287,53 por MWh em 31 de dezembro de 2025), com venda destinada a 31 distribuidoras de energia elétrica, distribuídas por todos os submercados.

A Santa Cruz, detentora da usina São Domingos, e a RIO PCH, detentora das usinas Pirapetinga e Pedra Garrafão, comercializaram energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 351,37 por MWh em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 124,99 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025), respectivamente, com fornecimento para 30 distribuidoras, abrangendo todos os submercados.

Por fim, a Bahia PCH, detentora da usina Sítio Grande, possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), firmado com uma contraparte privada, com entrega no submercado Nordeste. Abaixo as características das usinas:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Energia Assegurada - MWm	Contratos de Venda - MWm	Início da autorização	Fim da autorização
Afluentes (i)	Alto Fêmeas I	BA	10,65	8,55	8	01/11/2005	31/10/2027
Afluentes (i)	Presidente Goulart	BA	8	5,21	9	01/11/2005	31/09/2027
Galheiros (i) e (ii)	Galheiros I	GO	12,06	7,02	6,4	01/09/2013	31/08/2042
Goiás Sul (i) e (ii)	Goiandira	GO	27	17,09	16	01/01/2010	31/12/2039
Goiás Sul (i) e (ii)	Nova Aurora	GO	21	12,37	12	01/01/2010	31/12/2039
Rio PCH (i)	Pedra Garrafão	RJ	19	10,75	11	01/01/2009	31/12/2038
Rio PCH (i) e (ii)	Pirapetinga	RJ	20	12,71	11	01/01/2009	31/12/2038
Santa Cruz (i) e (ii)	São Domingos II	GO	24,66	19,08	21	01/01/2009	01/12/2038
Bahia PCH (i) e (ii)	Sítio Grande	BA	25	19,62	19	01/12/2009	31/12/2029
Total			167,37	112,4	113,4		

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são:

(i) Houve a alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora.

(ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração.

1.4 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 865 na Controladora e capital circulante líquido negativo de R\$ 4.949 no Consolidado (positivo em R\$1.338 na

Controladora e negativo em R\$ 334.768 no Consolidado em 31 dezembro de 2024, que decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	869	1.449	177.071	158.572
Total do passivo circulante	4	111	182.020	493.340
Capital circulante líquido	865	1.338	(4.949)	(334.768)

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia e suas controladas, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento.

O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

1.5 Principais movimentações

Reorganização Societária – Cisão Parcial

A Companhia e sua controlada IBH XVII passaram por um processo de reorganização societária em 2024, de modo que ao final de todos os passos, a IBH XVII passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente detinha 68%), e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente detinha 32%). Desta forma, o PIER - acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX - ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XVII – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. Dentre os passos da reorganização, houve a captação de debêntures privadas pela IBH XVI e IBH XVII, sendo os recursos primordialmente utilizados para reduzir o saldo devedor das dívidas existentes nestas companhias e, ao final, essas debêntures privadas foram convertidas em capital pelo PIER, mediante a transferência de 17% das ações da Essentia PCHs. Abaixo, alguns detalhes adicionais da operação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, a Companhia aprovou, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de ativos da IBH XVII, de modo que a IBH XVII permaneceu com 51% de participação na Essentia PCHs, e os outros 17% de participação passaram a fazer parte da Infraestrutura Brasil Holding XVII-A S.A (“IBH XVII-A”), empresa também controlada pela Companhia e que incorporou a parcela cindida da IBH XVII. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da IBH XVII.

As debêntures privadas da IBH XVII, as quais passaram para a IBH XVII-A durante o processo de cisão e incorporação, contavam com o PIER como debenturista. Desta forma, o PIER em seguida realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVII-A.

Da mesma forma, a Companhia também passou por um processo de cisão parcial, no qual, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, o

protocolo de cisão parcial de ativos da Companhia (“Cisão”), de modo que a Infraestrutura Brasil Holding XVI-A S.A (“IBH XVI-A”), empresa também controlada pelo FIP IV, incorporou a parcela cindida da IBH XVI. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da Companhia.

Como consequência dessa cisão parcial, ocorreu a redução de capital social da Companhia em R\$ 10, correspondendo à proporção do acervo líquido cindido, sem o cancelamento de ações.

O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 12 de março de 2024 está composto a seguir:

Ativo	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024
		Circulante	
		Debêntures privadas	107.575
			107.575
Não circulante		Patrimônio líquido	
Investimentos	107.585		10
	107.575		10
Capital circulante líquido	107.585		107.585

Em seguida o PIER realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVI-A. Nesse mesmo movimento, o PIER realizou a conversão de sua participação na IBH XVII-A em investimento na IBH XVI-A, de modo que ao final deste processo, a IBH XVI-A voltou a ser controladora de 100% da IBH XVII-A. Ao final desse processo, o PIER detinha 99,99% da IBH XVI-A e o FIP IV detinha 0,01%, sendo a IBH XVI-A detentora de 100% da IBH XVII-A, e esta última, por sua vez, detentora de 17% da Essentia PCHs.

Por fim, (i) o FIP IV resgatou seus 0,01% de participação na IBH XVI-A, e o PIER se tornou controlador 100% desta empresa; (ii) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVI-A por sua controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XVIII (“IBH XVIII”) e da incorporação da IBH XVII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Brasil Holding XIX (“IBH XIX”); (iii) a IBH XVII permaneceu como controladora de 51% da Essentia PCHs, e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 10 de março de 2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Revisadas e vigentes

Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante

Revisadas e não vigentes

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; amplia divulgações sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (substitui CPC 26)	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e a de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das

demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15 – Ativo Financeiro:** Valores residuais de ativos vinculados à concessão, indenizáveis ao término do contrato, reconhecidos como ativo financeiro e mensurados com base na expectativa de recuperação futura, incluindo atualização financeira;
- **Nota explicativa 17 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 17 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- **Nota explicativa 18 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;
- **Nota explicativa 23 – Provisão liminar garantia física:** Reconhecimento de passivo financeiro relativo aos montantes apurados na liquidação do mercado de curto prazo, em decorrência da redução da garantia física da usina, acrescidos de atualização financeira;
- **Nota explicativa 24 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.

(ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.

(iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. GESTÃO DE RISCO

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas.

O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (“DI”) acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas à taxa variável expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento,

renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros variáveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

		Controladora					
		31/12/2025					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	321	43	32	54	22	65
		Consolidado					
		31/12/2025					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.374	17.523	13.143	21.904	8.762	26.285
Títulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	4	2	5
Debentures	CDI	(967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$320 (R\$787 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$130.397 (R\$114.295 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora	
	Vencimentos	
	Até um ano (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025		
Fornecedores	3	3
Em 31 de dezembro de 2024		
Fornecedores	86	86

	Consolidado				
	Vencimentos				
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	8.819	-	-	-	8.819
Debêntures	198.127	344.638	287.825	694.209	1.524.799
Contas a receber e a pagar de partes relacionadas	131	-	-	-	131
Dividendos a pagar	19.524	-	-	-	19.524
Provisão liminar garantia física	47.703	-	-	-	47.703
Outras contas a pagar	5	874	-	-	879
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	10.938	-	-	-	10.938
Debêntures	488.153	357.809	317.392	-	1.163.354
Contas a receber e a pagar de partes relacionadas	37.448	-	-	-	37.448
Provisão liminar garantia física	43.643	-	-	-	43.643
Outras contas a pagar	969	316	-	-	1.285

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, empréstimo e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures, empréstimo e financiamentos.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total das debêntures	938.127	863.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(130.374)	(91.860)
(-) Aplicações financeiras vinculadas as dívidas	(23)	(22.435)
Dívida líquida	807.730	748.707
Total do patrimônio líquido	225.082	308.386
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	1.032.812	1.057.093
Índice de alavancagem financeira - %	78%	71%

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

Conforme as regras do setor às usinas da Companhia foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, conseqüentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado.

Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física.

Como consequência, períodos de menor hidrologia reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos ($GSF < 1$), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto.

Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas da Companhia participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode necessitar de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.
3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

(e) Risco de *impairment*

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente

se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativo.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	321	787	130.374	91.860
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	-	-	23	22.435
Contas a receber	-	-	36.462	29.515
Contas a receber de partes relacionadas	-	176	-	334
Ativo financeiro indenizável	-	-	23.550	20.735
Outras contas a receber	-	-	11.497	13.149
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado:				
Fornecedores	3	86	8.819	10.938
Debêntures	-	-	938.127	863.002
Contas a pagar de partes relacionadas	-	-	131	-
Dividendos a pagar	-	-	19.524	37.448
Outras contas a pagar	-	-	879	1.285
Provisão liminar garantia física	-	-	47.703	43.643

O valor justo da parte das debêntures classificadas no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	-	-	2.018	53
Recursos em aplicações financeiras	321	787	128.356	91.807
Total	321	787	130.374	91.860

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro 2024).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

Política contábil

Os depósitos são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

Valores mantidos em contas em instituições financeiras, que têm como finalidade garantir obrigações associadas às debêntures emitidas.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	23	22.435
Total	23	22.435

(i) Redução em decorrência da extinção da obrigatoriedade de manter depósitos vinculados após liquidação da 1ª emissão de debêntures da Santa Cruz e, na Controladora, em razão do pagamento semestral das debêntures no mês de setembro e liberação do excedente para a conta de livre movimento, conforme regras e obrigações contratuais.

7. CONTAS A RECEBER

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia e suas Controladas avaliaram seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para

perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	36.462	29.515
Total	36.462	29.515

Segue abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	36.415	29.056
Vencidos de 1 a 30 dias	47	309
Vencidos de 31 a 90 dias	-	150
Total	36.462	29.515

8. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição das partes relacionadas

Empresas	Natureza	Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024
		Ativo circulante	Ativo circulante
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Reembolso de despesas	-	58
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de custo compartilhado	-	118
Total		-	176

Empresas	Natureza	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso de Despesas	-	-	3	1
Chapada Branca Holding S.A.	Reembolso de Despesas	-	131	331	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (i)	Dividendos a pagar	-	-	-	21.917
PCH Administração e Partic. Ltda (i)	Dividendos a pagar	-	-	-	15.530
Total		-	131	334	37.448

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, determinados saldos foram reclassificados para a rubrica de dividendos a pagar, conforme detalhado na Nota Explicativa 9. A movimentação dos exercícios de 2024 e 2025 está apresentada na referida nota.

(b) Impacto no resultado

Empresas	Natureza	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
		Resultado	Resultado
Chapada Branca Holding S.A.	Despesa de custo compartilhado	1.463	-
Total		1.463	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante incluindo encargos e benefícios corresponde a R\$ 9.587 (R\$ 4.271 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia reconheceu despesas no montante de R\$ 509 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2024) referente ao programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) destinados a alta administração. Esse incentivo tem como objetivo alinhar os interesses dos executivos com a criação de valor para os acionistas.

9. DIVIDENDOS

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando aprovados pelos acionistas, ou quando declarados pela Administração, conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados com base no lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária vigente, e registrados como obrigação no encerramento do exercício social, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição dos dividendos

Empresas	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo circulante	Passivo circulante
PCH Administração e Participações Ltda ("PCH Adm") (i)	19.524	-
Total	19.524	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores ora apresentados estavam classificados na rubrica divulgada na Nota Explicativa nº 8, razão pela qual o saldo nesta nota era zero naquela data. Em 31 de dezembro de 2025, houve reclassificação desses montantes para a rubrica de dividendos a pagar.

(b) Movimentação dos dividendos

	Consolidado		
	Passivo circulante		
	PCH Adm	IB19	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	13.515	7.393	20.908
Ingresso	9.435	46.625	56.060
Liquidação	(7.422)	(32.099)	(39.521)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.528	21.919	37.447
Ingresso	6.325	59.221	65.546
Liquidação	(2.329)	(81.140)	(83.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19.524	-	19.524

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Política contábil

O imposto de renda e contribuição social a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
IRPJ e CSLL (i)	528	-	3.508	-
Total	528	-	3.508	-
Não Circulante				
IRPJ	-	-	1.477	1.191
Total	-	-	1.477	1.191

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes encontravam-se classificados na rubrica de tributos a recuperar, conforme Nota Explicativa nº 11. Em 31 de dezembro de 2025, tais saldos foram reclassificados para a rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, visando melhor refletir sua natureza.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
IRRF	18	91	3.975	4.410
IRPJ e CSLL (i)	-	395	-	375
COFINS e PIS a recuperar	-	-	101	80
Outros	1	-	47	214
Total	19	91	4.123	4.704

- (i) Parte dos saldos apresentados nesta rubrica em 31 de dezembro de 2024 passou a ser classificada, em 31 de dezembro de 2025, na rubrica de imposto de renda e contribuição social a recuperar, conforme Nota Explicativa nº 10.

12. DESPESAS ANTECIPADAS

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear e das licenças ambientais, assim como, da repactuação do risco hidrológica para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	530	276
Seguros	145	3.285
	675	3.561
Não circulante		
Repactuação do risco hidrológico (i)	1.469	1.741
Seguros	14	-
	1.483	1.741
Total	2.158	5.302

- (i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas.

13. ESTOQUE

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, para o uso na manutenção das usinas, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Estoques	714	2.767
Total	714	2.767

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Adiantamento a funcionários	67	23
Adiantamento a fornecedores	130	53
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	889
Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR (i)	681	1.299
Outros ativos	314	557
	1.192	2.821
Não circulante		
Neoenergia S.A. (ii)	10.305	10.328
	10.305	10.328
Total	11.497	13.149

- (i) Pagamento a maior das quotas de RGR no ciclo de julho/2023 a junho/2024 que será parcialmente compensado e devolvido no ciclo de julho/2025 a junho/2026.
- (ii) Contas a receber referentes ao direito de ressarcimento previsto em contrato de aquisição, relacionado a eventuais desembolsos decorrentes de processos judiciais existentes à data da aquisição da Neoenergia S.A., cuja responsabilidade foi assumida pela parte vendedora. A realização do ativo está condicionada à efetiva materialização dos respectivos processos, os quais são avaliados periodicamente pela Administração.

15. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

A controlada Afluenta Geração de Energia Elétrica S.A. (“Afluenta G”) foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal conforme Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela Afluenta G, celebrado entre a Afluenta G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

A Afluenta G possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (“Coelba”) e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 167 de 10 de outubro de 2005, com reajustes efetuados anualmente.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão e demais documentos pertinentes ao assunto da desverticalização, como o contrato com a Coelba acima mencionado, a Administração da Afluenta G entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a)** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um Ativo Financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b)** Parcela amortizável ao longo do prazo da concessão, classificada como Ativo Intangível (vide nota explicativa nº 18), cuja recuperação está condicionada à utilização do serviço público, neste caso, ao consumo de energia pelos consumidores.

O valor residual ao término da concessão, correspondente à parcela não amortizada, é classificado como Ativo Financeiro, por representar direito contratual incondicional de recebimento de indenização.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 referente à parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$23.550 (R\$20.735 em 31 de dezembro de 2024).

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u>20.043</u>
(-) Baixa	(278)
Atualização financeira	970
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>20.735</u>
Adição	1.886
Atualização financeira	929
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>23.550</u>

16. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação dos investimentos

	<u>IBH XVII</u>	<u>IBH XVII-A (ii)</u>	<u>Total do investimento</u>
Participação acionária	100%	100%	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	276.339	-	276.339
Equivalência patrimonial	(10.288)	55.922	45.634
Cisão parcial (i)	(51.663)	(55.922)	(107.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	214.388	-	214.388
Participação acionária	100%	100%	
Saldos em 01 de janeiro de 2025	214.388	-	214.389
Equivalência patrimonial	(18.497)	-	(18.497)
Redução de capital de controladas	(24.500)	-	(24.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	171.391	-	171.391

- (i) Cisão parcial realizada em 12 de março de 2024, conforme NE 1.5.
- (ii) Integralização de capital realizada em 28 de março de 2024. A IBH XVII-A foi constituída em 31 janeiro de 2024 como parte do processo de reorganização societária, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.5. Em 12 de março de 2024, ocorreu a cisão da IBH XVII, transferindo parte de seu patrimônio para a IBH XVII-A, que era integralmente controlada pela Companhia. Em seguida, o PIER integralizou debêntures privadas na IBH XVII-A, resultando na emissão de 22.768 novas ações, no valor total de R\$ 103.334, tornando-se um dos acionistas. Como a Companhia não emitiu novas ações, houve uma diluição da participação do PIER no montante de R\$ 55.922.

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada direta e das controladas indiretas:

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

Controlada direta:

IBH XVII	31/12/2025	31/12/2024
Balanco patrimonial resumido		
Participação acionária	100%	100%
Ativo circulante	1.979	59.665
Ativo não circulante	375.472	439.146
Passivo circulante	7.533	284.423
Passivo não circulante	198.526	-
Patrimônio líquido	171.392	214.388
Demonstração de resultado resumida		
Prejuízo do exercício	(18.497)	(10.288)

Controladas indiretas:

Em 31 de dezembro de 2025	Essentia PCHs	Galheiros	Santa Cruz	Afluentes G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco patrimonial resumido							
Participação acionária	51%	51%	51%	51%	51%	35,70%	51%
Ativo circulante	93.788	13.421	41.186	16.863	44.262	13.351	29.804
Ativo não circulante	682.937	68.965	124.532	36.542	232.484	185.521	163.504
Passivo circulante	90.140	1.236	50.701	11.152	4.037	90.931	3.259
Passivo não circulante	643.133	277	550	6.429	5.930	203	600
Patrimônio líquido	43.452	80.873	114.467	35.824	266.779	107.738	189.449
Demonstração de resultado resumida							
Receita líquida de vendas	-	18.051	61.479	53.241	66.894	64.256	74.629
Lucro bruto	-	8.628	37.972	32.657	40.780	42.391	53.196
Lucro líquido	73.697	8.423	30.739	31.845	39.713	33.417	52.369

Em 31 de dezembro de 2024	Essentia PCHs	Galheiros	Santa Cruz	Afluentes G	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I
Balanco patrimonial resumido							
Participação acionária	51%	51%	51%	51%	51%	35,70%	51%
Ativo circulante	119.454	9.591	27.213	12.364	25.855	11.870	16.005
Ativo não circulante	562.678	72.623	130.140	40.129	238.181	181.194	170.880
Passivo circulante	131.071	3.278	79.133	14.962	12.252	75.670	14.648
Passivo não circulante	419.966	-	78.492	7.414	4.958	21.993	361
Patrimônio líquido	131.095	78.936	(272)	30.116	246.825	95.401	171.875
Demonstração de resultado resumida							
Receita líquida de vendas	-	18.438	59.674	52.545	65.562	66.975	69.082
Lucro bruto	-	9.572	36.636	35.381	38.052	38.463	49.930
Lucro líquido	102.829	8.990	16.536	34.412	35.624	28.805	48.138

(c) Transações com não controladores

A controlada indireta da Companhia, Essentia PCHs, possui minoritários na proporção de 49% e o resultado atribuído a eles em dezembro de 2025 é de R\$ 36.397 (R\$ 46.852 em 31 de dezembro de 2024).

A controlada indireta da Companhia, Rio PCHs S.A., possui minoritários na proporção de 30% e o resultado atribuído a eles em dezembro de 2025 é de R\$ 10.025 (R\$ 8.641 em 31 de dezembro de 2024).

17. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

(a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado					Total
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	10.862	28.883	285.005	245.631	88.555	658.936
Adições	3.277	-	14	105	384	3.780
Depreciação	-	-	(4.008)	(13.287)	(3.754)	(21.049)
Baixas	(1.045)	-	-	-	-	(1.045)
Reclassificação (i)	(1.484)	-	(95)	-	-	(1.579)
Transferências	(7.390)	-	7	2.308	5.075	-
Saldo contábil líquido	4.220	28.883	280.923	234.757	90.260	639.043
Custo	4.220	28.883	391.619	417.372	132.169	974.263
Depreciação acumulada	-	-	(110.696)	(182.615)	(41.909)	(335.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.220	28.883	280.923	234.757	90.260	639.043
Adições	1.949	-	13.821	729	36	16.535
Depreciação	-	-	(4.020)	(13.111)	(3.694)	(20.825)
Baixas	(283)	-	-	(12)	(31)	(326)
Transferências	(964)	-	211	723	30	-
Saldo contábil líquido	4.922	28.883	290.935	223.086	86.601	634.427
Custo	4.922	28.883	405.651	418.452	132.205	990.113
Depreciação acumulada	-	-	(114.716)	(195.366)	(45.603)	(355.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.922	28.883	290.935	223.086	86.601,34	634.427
Taxa média de depreciação	-	-	0,99%	3,13%	2,79%	-

(i) A reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consumo que, anteriormente, estavam alocados no imobilizado em andamento.

18. INTANGÍVEL

Política contábil

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares, direito de autorização e concessão, servidões e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios.

Contratos de autorização

Os contratos de autorização referem-se à parcela do preço de aquisição da Essentia PCHs, concluída em junho de 2022, alocada às respectivas PCHs, realizada pela IBH XVII e IBH XIX, conforme Nota Explicativa 1.2.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão reconhecidos no ativo intangível, por se tratar de direitos contratuais identificáveis com vida útil definida, estimada em média em 21 anos, sendo amortizados de forma sistemática ao longo de sua vigência.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

	Consolidado				
	Direito de autorização	Direito de concessão (i)	Servidões	Software	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	604.901	15.639	551	758	621.849
Adição	-	796	45	10	851
Amortização	(37.492)	(3.754)	(29)	(217)	(41.492)
Reclassificação (iii)	-	(451)	-	-	(451)
Cisão (ii)	(130.525)	-	-	-	(130.525)
Saldo contábil líquido	436.884	12.230	567	551	450.232
Custo	590.846	34.513	737	6.028	632.124
Amortização acumulada	(153.962)	(22.283)	(170)	(5.477)	(181.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	436.884	12.230	567	551	450.232
Adições	-	1.124	-	632	1.756
Amortização	(31.776)	(3.909)	(23)	(186)	(35.894)
Baixas	-	(2.064)	-	43	(2.021)
Saldo contábil líquido	405.108	7.381	544	1.040	414.073
Custo	590.846	33.573	737	6.703	631.859
Amortização acumulada	(185.738)	(26.192)	(193)	(5.663)	(217.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	405.108	7.381	544	1.040	414.073
Taxa média de amortização	5,38%	11,64%	3,12%	2,77%	-

(i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15.

(ii) Parcela cindida do valor de mais-valia alocada no consolidado como direito de autorização.

(iii) Reclassificação refere-se à transferência de valores para a conta de estoque de uso e consume que, anteriormente, estavam alocados no intangível.

19. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	3	86	4.367	9.758
Compra de energia	-	-	4.452	1.180
Total	3	86	8.819	10.938

20. DEBÊNTURES

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

a) Contratos

(i) 1ª Emissão de Debêntures

A controlada indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205. A operação foi liquidada antecipadamente em 31 de março de 2025.

(ii) 3ª Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2021, a controlada indireta Essentia PCHs ("Essentia PCHs") realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.. A operação foi liquidada antecipadamente em 31 de março de 2025.

(iii) 1ª Emissão de Debêntures

A controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("IBH XVII") realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28 de junho de 2025 e montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Em 16 de maio de 2023, 19 de março de 2024 e 10 de abril de 2025 foram realizadas as amortizações extraordinárias das debêntures, no valor total de R\$96.220, R\$98.939 e R\$97.000 respectivamente. Seu saldo devedor restante foi liquidado no vencimento.

(iv) 1ª Emissão de Notas Comerciais

A Companhia realizou em 22 de junho de 2023 a sua 1ª emissão de notas comerciais, com vencimento final em 22 de março de 2024 e montante total de R\$ 200.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 1,70% a.a. Em 12 de março de 2024 foi realizado o resgate antecipado parcial das notas comerciais, no valor total de R\$55.023. Seu saldo devedor restante foi liquidado no vencimento.

(v) 3ª Emissão de Debêntures

A Companhia realizou em 22 de junho de 2023 a sua 3ª emissão de debêntures, com vencimento final em 26 de junho de 2024 e montante total de R\$ 190.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 2,60% a.a. Em 12 de março de 2024 e 25 de março de 2024 foram realizadas as amortizações extraordinárias das debêntures, no valor total de R\$52.500 e R\$56.000, respectivamente. Seu saldo devedor restante foi liquidado no vencimento.

(vi) 4ª Emissão de Debêntures Privada

A Companhia realizou em 08 de março de 2024 a sua 4ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 27 de junho de 2024, montante total de

R\$ 107.523 e remuneração pela taxa DI + juros de 1,70% a.a.. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVI-A conforme NE 1.5.

(vii) 3ª Emissão de Debêntures Privada

A controlada direta IBH XVII realizou em 08 de março de 2024 a sua 3ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 29 de junho de 2025, montante total de R\$ 103.278 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a.. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVII-A, conforme NE 1.5.

(viii) 4ª Emissão de Debêntures

Em 25 de março de 2025, a controlada indireta Essentia PCHs realizou sua 4ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 25 de março de 2032 no montante total de R\$ 750.000, remunerado pela taxa DI + juros de 1% a.a.. A emissão deverá ser amortizada em 14 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2025.

(ix) 4ª Emissão de Debentures

A controlada direta IBH XVII realizou em 05 de junho de 2025 a sua 4ª emissão de debêntures, em série única, com vencimento final em 05 de junho de 2032 e montante total de R\$ 200.000 a serem amortizados no vencimento. Os juros são devidos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 06 de outubro de 2025 e sua última parcela no vencimento da emissão. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 1,90% a.a.

b) Debêntures

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Debêntures	100.141	398.335
(-) Custo de captação	(3.635)	(4.804)
	96.506	393.531
Não circulante		
Debêntures	867.500	481.517
(-) Custo de captação	(25.879)	(12.046)
	841.621	469.471
Total	938.127	863.002

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição de debêntures

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	1ª emissão Debêntures	440.000	28/06/2022	CDI + 3,05% a.a.	Anual	Bullet	28/06/2025	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada (ii) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia	-	285.857
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	4ª emissão Debêntures	200.000	05/06/2025	CDI + 1,90% a.a.	Semestral	Bullet	05/06/2032	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia; (ii) cessão fiduciária de dividendos e direitos creditórios da Companhia; (iii) conta vinculada.	207.653	-
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Semestral	Semestral	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia, (ii) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis da Companhia, (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras, e (iv) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis das Fiadoras	-	511.450
Essentia PCHs	4ª emissão Debêntures	750.000	25/03/2025	CDI + 1,00% a.a.	Semestral	Semestral	25/03/2032	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia e das Controladas; (ii) cessão fiduciária de dividendos/recebíveis da Companhia e das Controladas (iii) Fianças das Controladas (exceto Afluente G).	759.988	-
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000 2ª Série - R\$ 38.000 3ª Série - R\$ 41.000 4ª Série - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Anual	Anual	1ª Série - 15/06/2027 2ª Série - 15/09/2026 3ª Série - 15/12/2026 4ª Série - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado, (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização, (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	-	82.545
								(-) Custo de Colocação de Dívidas	(29.514)	(16.850)
									938.127	863.002

d) Movimentação de debêntures

	Controladora		
	Debêntures	(-) Custo de captação	Total
Saldo em 01/01/2024	419.712	(1.493)	418.219
Ingresso	107.522	-	107.522
Provisão de juros	15.257	-	15.257
Amortização de custos de colocação de dívida	-	1.493	1.493
Liquidação do principal	(390.000)	-	(390.000)
Liquidação dos encargos	(44.916)	-	(44.916)
Cisão (i)	(107.575)	-	(107.575)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-

	Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de captação	Total
Saldo em 01/01/2024	1.472.507	(24.520)	1.447.987
Ingresso	210.801	-	210.801
Provisão de juros	131.376	-	131.376
Amortização de custos de colocação de dívida	-	7.670	7.670
Atualização monetária	4.700	-	4.700
Liquidação do principal	(555.340)	-	(555.340)
Liquidação dos encargos	(173.283)	-	(173.283)
Cisão (i)	(210.909)	-	(210.909)
Saldo em 31/12/2024	879.852	(16.850)	863.002
Ingresso	950.000	(31.893)	918.107
Provisão de juros	142.679	-	142.679
Amortização de custos de colocação de dívida	-	19.229	19.229
Atualização monetária	1.970	-	1.970
Liquidação do principal	(865.997)	-	(865.997)
Liquidação dos encargos	(140.863)	-	(140.863)
Saldo em 31/12/2025	967.641	(29.514)	938.127

(i) Cisão parcial realizada em 12 de março de 2024 conforme NE 1.5.

e) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas.

A controlada indireta Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição anual, sendo que a primeira apuração será realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Administração possui controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros.

f) Composição por ano de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	100.140	-
2 anos	70.501	398.335
3 anos	70.500	112.004
4 anos	70.500	108.326
5 anos	63.000	121.313
Após 5 anos	593.000	139.874
Total	967.641	879.852

g) Custo de transação

As debentures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

21. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS a pagar	-	-	55	46
Imposto de renda e contribuição social a pagar (i)	-	-	-	3.001
ISS a pagar	-	-	126	6
PIS e COFINS a pagar	-	2	2.428	1.147
Salários, provisões e encargos sociais	1	23	2.428	2.359
Outros tributos	-	-	309	252
Total	1	25	5.346	6.811
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante				
Salários, provisões e encargos sociais	787	-	787	-
Total	787	-	787	-

(i) Saldos reclassificados para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social vide Nota Explicativa nº 22.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	3.986	-
Total	<u>3.986</u>	<u>-</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Não circulante		
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	1.697	-
	<u>1.697</u>	<u>-</u>

- (i) Saldos anteriormente classificados na rubrica de Impostos e obrigações trabalhistas vide Nota Explicativa nº 21.

23. PROVISÃO LIMINAR GARANTIA FÍSICA

Em 13 de fevereiro de 2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15 de dezembro de 2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado.

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u>38.635</u>
Adição	1.521
Atualização financeira	3.487
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>43.643</u>
Adição	2.689
Atualização financeira	1.371
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>47.703</u>

24. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

Política contábil

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, danos morais e materiais, equiparação/reenquadramento salarial, adicional de periculosidade, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de prestadores de serviços (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária, regulatória e propriedade intelectual, movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros.

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como contribuições sociais, ICMS, IRPJ, PIS/COFINS, INSS, dentre outros.

(a) Composição da provisão para processos judiciais prováveis de perda

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	5.594	7.180
Cíveis	4.706	4.284
Tributárias	5	5
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	-	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	-	(1.042)
Total	10.305	10.328

(b) Movimentação da provisão para processos judiciais prováveis

	Consolidado					
	Natureza					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595
Constituição	2.419	2.546	4	-	-	4.969
(-) Pagamentos	(473)	(26)	(847)	-	-	(1.346)
(-) Reversões	(1.212)	(2.523)	(40)	-	-	(3.775)
Atualização monetária	320	548	17	-	-	885
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.172	4.292	5	(99)	(1.042)	10.328
(-) Reversões	(1.960)	-	-	99	1.042	(819)
Atualização monetária	382	414	-	-	-	796
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.594	4.706	5	-	-	10.305

Não houve movimentação na Controladora.

(c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado				
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	156	8.710	8.866
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.562	-	3.229	-	6.791
Rio PCH I S.A.	16.390	-	113	131	16.633
Bahia PCH I S.A.	4.787	26	1.181	195	6.189
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.685	2.685
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.739	26	4.678	11.721	41.165
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	9.190	9.190
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	130	-	3.639	-	3.769
Rio PCH I S.A.	12.259	-	-	-	12.259
Bahia PCH I S.A.	2.137	-	1.188	211	3.536
Essentia PCHs S.A.	-	159	-	1.341	1.500
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.526	159	4.827	10.742	30.254

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

(i) Trabalhistas: Reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, dentre outros.

(ii) Tributárias: processos judiciais e administrativos, que têm por principais matérias: declarações de compensação de créditos de COFINS e retenção na fonte de imposto incidente sobre rendimentos pagos ou creditados a título de JSCP.

(iii) Ambientais:

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;
- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;
- Duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.

(iv) Cíveis: Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

Principais movimentações:

Goiás Sul Geração de Energia S.A.: na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Goiás em face da controlada por supostos danos ambientais à APP do entorno das PCHs de Goiandira e Nova Aurora, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente os pedidos feitos pelo MP. Recurso de apelação em elaboração.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A., processo no qual tratava de diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias, foi encerrado.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 190.726 (R\$ 887.123 em 31 de dezembro 2024), dividido em 190.730.459 (887.143.257 em 31 de dezembro 2024) ações, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 27 de agosto de 2025, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 696.398 composto da seguinte forma: (a) 543.696 não integralizados pela companhia; (b) 127.702 correspondente a absorção de prejuízos acumulado; e (c) 25.000 restituído aos acionistas em 11 de novembro de 2025.

Em 01 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da controlada indireta, Essentia PCHs, no montante de R\$ 40.557. Desse valor, R\$ 19.873 correspondem à participação dos acionistas não controladores. A restituição foi realizada em 10 de junho de 2025.

A Companhia não possui um limite de ações autorizadas.

A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas	Participação - %	Quantidade de ações	Ações integralizadas
FIP IV	100%	190.730.459	190.726	100%	887.143.257	343.426
Total	100%	190.730.459	190.726	100%	887.143.257	343.426

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas indiretas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
Receita	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com energia	993.384	351.628	996.106	342.547
Receita com energia CCEE	-	1.980	-	4.481
Receita de construção (i)	-	1.886	-	-
Deduções				
(-) Impostos sobre vendas	-	(12.917)	-	(12.695)
(-) Encargos sobre concessão	-	(1.667)	-	(1.583)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(474)	-	(475)
Total	993.384	340.436	996.106	332.275

(i) O Grupo contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos.

27. CUSTO COM A ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	41.957	42.381
Custos de construção	1.886	-
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	7.936	8.002
Custo de operação (b)	66.723	67.102
Total	118.502	117.485

(a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	34.295	37.900
Custo de liquidação CCEE	7.662	4.481
Total	41.957	42.381

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	9.372	7.427
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	20.311	22.002
Depreciações e amortizações - direito de uso	-	216
Depreciações e amortizações	37.040	37.457
Total	66.723	67.102

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	763	24	4.929	4.121
Serviços de terceiros	152	324	3.742	3.391
Aluguéis	-	-	-	11
Seguros	-	-	3.366	3.715
Despesas tributárias	-	1	34	23
Outras despesas operacionais	-	25	1.904	1.472
Depreciações e amortizações	-	-	19.393	24.868
Total	915	374	33.368	37.601

29. RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	-	(15.257)	(142.679)	(131.376)
Amortização de custos de emissão de debêntures	-	(1.493)	(19.229)	(7.670)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(1.970)	(4.700)
Atualização financeira liminar GSF	-	-	(1.371)	(3.487)
Atualização financeira direito de uso	-	-	-	(41)
Outras despesas financeiras	(10)	(52)	(1.932)	(1.596)
Total das despesas financeiras	(10)	(16.802)	(167.181)	(148.870)
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	108	429	19.861	11.477
Variação cambial	-	-	7	-
Atualização do ativo financeiro	-	-	929	970
Outras receitas financeiras	57	32	1.178	965
Total das receitas financeiras	165	461	21.975	13.412
Resultado financeiro	155	(16.341)	(145.206)	(135.458)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

Na Companhia, na controlada direta IBH XII e na controlada indireta PHOL, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

Nas demais controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Lucro contábil antes dos impostos	(19.257)	28.919	43.360	97.653
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	6.547	(9.832)	(14.742)	(33.202)
Despesas permanentes não dedutíveis	20	2	6.991	299
Prejuízos fiscais	(30)	(5.686)	(32.823)	(28.219)
Ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(249)	-	(166)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(6.288)	15.516	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	56.934	47.880
Encargo fiscal	-	-	16.194	(13.241)
Corrente	-	-	14.497	13.241
Diferido	-	-	1.697	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	16.194	13.241
Alíquota efetiva	-	-	(37%)	(14%)

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$86.687 e no Consolidado R\$647.069 (R\$ 86.599 na Controladora e R\$493.278 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), que também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor. O saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora é de R\$786 e R\$786 no Consolidado (R\$23 na Controladora e R\$450 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

31. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

Resultado básico e diluído por ação	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Lucro atribuível aos controladores	(19.257)	28.919
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	791.726	788.912
Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$	(0,0243)	0,0367

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Cisão (i)	-	107.585
	-	107.585

(i) Vide nota nº 1.5

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Fabio Henrique Silva Marques

Contador

CRC SP-315705/O-3